

JOSÉ G. GROSSO DE OLIVEIRA *

MERCADO DE TRABALHO,
«DUALISMO» E ACÇÕES COLECTIVAS

INTRODUÇÃO

A problemática do emprego e do desemprego constitui um campo novo para a sociologia que, neste domínio, ensaia ainda os primeiros passos.

No que respeita ao desemprego, as perspectivas das investigações até agora empreendidas oscilam entre uma sociografia dos desempregados, a análise das lutas centradas na defesa do emprego e os estudos mais economicistas incidindo sobre as transformações do mercado de trabalho (MT).

A conjuntura social encoraja as abordagens de tipo individualizante, os estudos de itinerários, do «vivido», que deixam relativamente na penumbra a análise das relações sociais susceptíveis de o explicar.

As lutas cujo campo é o emprego, paradoxalmente, dados os objectivos que visam, destroem o desemprego como objecto de análise.

A sociologia do MT, por seu turno, não foi ainda capaz de produzir conceitos e métodos próprios, limitando-se, na prática, a utilizar o aparelho analítico dos economicistas.

Este artigo não tem, como é óbvio, a pretensão de ultrapassar a situação actual, abrindo vias inovadoras em termos sociológicos: reflectirá, pelo contrário, necessariamente, os impasses e as limitações que caracterizam esta área de investigação.

O artigo será dividido em duas partes, de natureza distinta, mas que se completam: na primeira, descritiva, tentar-se-á es-

* Assistente Convidado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

boçar, de forma sucinta, a evolução verificada no MT, no período 1974-1982, recorrendo, designadamente, aos dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE); na segunda, mais teórica e analítica, procurar-se-á, numa breve síntese, aquilatar sobre a aplicabilidade à realidade portuguesa de alguns modelos explicativos actualmente em voga, aludindo-se também, de passagem, às causas prováveis dos insucessos das lutas colectivas centradas no emprego.

1. EMPREGO E DESEMPREGO EM PORTUGAL (1974-1982)

1.1 *Emprego*

Em 1980 a população de Portugal estimava-se em cerca de 10 milhões de habitantes, o que, em relação a 1970, representa uma taxa de crescimento anual médio de 1%, aproximadamente. Entre 1960 e 1973 a população praticamente estagnou, devido, sobretudo, à forte corrente emigratória: durante aquele período emigraram 1,5 milhões de activos, ou seja cerca de 1/3 da população activa actual. A partir de 1974 a situação alterou-se, devido aos efeitos conjugados da chegada dos repatriados das ex-colónias (cerca de meio milhão de pessoas) e das restrições à emigração impostas pelos países de destino.

A evolução passada afecta ainda a estrutura etária da população, provocando, designadamente, um «déficit» em certas gerações de mais de 30 anos.

Qualitativamente, parece pertinente assinalar ainda os seguintes aspectos demográficos: diminuição regular da taxa de fecundidade e, portanto, da taxa de crescimento natural (mantendo-se relativamente constante a taxa de mortalidade); aumento lento da esperança de vida; aumento do peso dos adultos e das pessoas idosas e um ligeiro envelhecimento da população.

As perspectivas demográficas para 1990 apontam para um total de 10,5 milhões, com um crescimento mais forte das gerações situadas entre os 20 e os 39 anos, se se mantiverem as tendências actuais no que respeita à emigração.

Até 1970 o efectivo dos jovens de 10 a 24 anos mantém-se constante, representando cerca de 25% da população total; entre 1970 e 1980 tal efectivo cresce fortemente e depois estabiliza-se, prevendo-se mesmo, para o fim do decénio de 90, um ligeiro decréscimo.

O emprego tem aumentado até 1981 a um ritmo crescente; tal aumento revela-se, contudo inferior ao observado para a população activa, o que traduz a incapacidade da actividade

económica em absorver os que chegam ao mercado de trabalho. O crescimento da população activa nos últimos anos explicar-se-á, porventura, mais pela entrada maciça das mulheres na vida activa do que por um acréscimo do nível global de emprego.

No que respeita à repartição sectorial do emprego, nota-se, a partir de 1960, uma diminuição acentuada do emprego agrícola e o concomitante aumento do peso da indústria e dos serviços. Apesar desta evolução, a estrutura do emprego indicia ainda claramente o atraso de Portugal em relação aos países desenvolvidos.

Na repartição segundo o estatuto (salarizado/não salariado), observa-se, a partir de 1975, uma queda acentuada da população assalariada e o paralelo crescimento dos não assalariados (a percentagem de assalariados passou de 74,3, em 1960, para 65,7, em 1975). Este fenómeno estará provavelmente relacionado com o agravamento da crise económica, com o aumento do desemprego e com o incremento da economia subterrânea.

A população activa concentra-se em dois grandes grupos de profissões: agricultores, pescadores e afins e operários não agrícolas. A evolução nestes dois grandes grupos não é, porém, similar, pois que, enquanto que o primeiro regista uma quebra de 9,9%, de 1974 para 1982, o segundo sobe, no mesmo período, 3,8%.

São os grupos etários 20-24 anos e 25-29 anos que registam uma maior percentagem de população empregada. Nos grupos 10-14 anos e 15-19 anos a tendência é decrescente, devido, decerto, aos efeitos conjugados do prolongamento da escolaridade e das dificuldades de acesso ao primeiro emprego. Os escalões etários compreendidos entre os 30 e os 49 anos registam ligeiras oscilações, mas, no conjunto, caracterizam-se por uma relativa estabilidade. A partir dos 50 anos a tendência geral aponta no sentido da diminuição da população empregada.

A repartição da população activa com profissão, segundo o nível de instrução e sexo, revela uma regressão da população analfabeta, ou sem qualquer diploma. A este respeito parece pertinente salientar que, não obstante a evolução verificada, os referidos escalões atingem ainda, em 1982, os quantitativos (alarmantes) de 442 000 e 413 000, respectivamente.

O ensino primário elementar apresenta-se-nos como o nível de instrução onde se inclui a maior parte da população empregada (44,8% e 49,8%, em 1974 e 1982, respectivamente); em 1974, 91,6% da população empregada possuía níveis de instrução inferiores ao ensino secundário, englobando o ensino secundário, médio e superior, em conjunto, apenas 6,4% da população em-

pregada; em 1982, oito anos transcorridos, a situação não se alterou significativamente (85% e 15%, respectivamente).

O número de mulheres empregadas é inferior ao dos homens em todos os níveis de instrução, excepto no escalão relativo ao ensino médio, o que se explicará, porventura, pelo tipo de profissões a que geralmente se destinam os respectivos diplomados (professores primários, enfermeiros, educadores de infância), que se caracterizam por uma acentuada «feminização».

1.2 *Desemprego*

Os dados sobre o desemprego são recolhidos e tratados pelo INE, através do inquérito permanente ao emprego (IPE) e pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). As publicações dos dois organismos revelam frequentemente apreciáveis discrepâncias numéricas que se explicam por diferenças metodológicas na recolha de dados ⁽¹⁾.

O desemprego cresce de forma contínua entre 1974 e 1978, diminuindo ligeiramente entre 1979 e 1982. Em 1982, e pela primeira vez no período em análise, o número de desempregados à procura de novo emprego suplantou o dos que procuram o primeiro emprego. Esta modificação não se explicará, contudo, pela diminuição das dificuldades relacionadas com o ingresso na vida activa, mas pelo acréscimo dos obstáculos que defrontam os desempregados, adultos e com alguma experiência profissional, na reinserção do MT.

A análise da estrutura do desemprego revela que a taxa relativa aos jovens é bastante superior à dos adultos (em 1982, 4,9% e 2,6%, respectivamente); por outro lado, quer em relação aos jovens, quer no que respeita aos adultos, o desemprego feminino é persistentemente mais elevado do que o masculino. O desemprego atinge, pois, predominantemente os jovens e, de modo particular, as mulheres.

Observando a evolução da população activa civil desempregada segundo o grupo etário e o sexo, nota-se, nos últimos anos, uma diminuição nos escalões 10-14 anos e 15-19 anos, que

⁽¹⁾ O inquérito do INE (IPE) cobre tendencialmente toda a população, enquanto que os dados do IEFP se reportam apenas às inscrições voluntárias («desemprego registado»); o INE engloba na população activa os indivíduos com idade superior a 12 anos, ao passo que o IEFP se baseia na idade legalmente estipulada (14 anos); o INE considera os «desencorajados», isto é os indivíduos que desistiram de procurar emprego e o IEFP não engloba esta categoria.

deverá certamente ser atribuída ao prolongamento da escolaridade e não ao aumento do emprego. O grupo etário 20-24 anos é o que regista maior volume de desemprego, o que, provavelmente, se explica pela sua grande vulnerabilidade, quer em relação ao primeiro emprego (fim, ou interrupção, de estudos médios, ou superiores), quer no que se refere ao «turn-over». Considerando simultaneamente o grupo etário e o sexo e decompondo a população em dois grupos etários (inferior e superior a 25 anos), verifica-se, no primeiro grupo, no ano de 1982, uma taxa de desemprego de 2,8% para os homens e de 7,8% para as mulheres; no segundo grupo registam-se taxas de 1,1% e 4,5%, para os homens e para as mulheres, respectivamente.

No que respeita ao nível de instrução e sexo, verifica-se que a população inserida nos primeiros escalões (sem saber ler ou escrever e sem possuir qualquer diploma) regista índices de desemprego relativamente baixos, facto que não deixará de causar alguma estranheza. Importará, porém, não analisar este fenómeno isoladamente, mas relacionando-o com a estrutura do emprego, designadamente com a repartição por grandes grupos de profissões.

O ensino primário — elementar e complementar — e o ensino secundário, são os níveis de instrução mais atingidos pelo desemprego; o ensino superior regista números relativamente elevados (bastante superiores ao do ensino médio), o que indicia a crescente desvalorização dos diplomas universitários. O desemprego feminino revela-se mais elevado do que o masculino em todos os níveis de ensino.

No que respeita ao «desemprego registado», optou-se por efectuar apenas uma breve análise limitada a dois anos (1974 e 1980), dado que, por um lado, os dados recolhidos pelo IEFP funcionam apenas como uma amostra (o recurso ao Serviço não é obrigatório) e, por outro, aquele organismo introduziu, a partir de 1980, algumas alterações metodológicas nos seus processos de recolha e de tratamento de dados, o que, obviamente, dificulta as comparações.

O número de pedidos de emprego aumentou significativamente de 1974 para 1975, tendo triplicado durante esse período de um ano. Este acréscimo explica-se, contudo, não só pelo aumento do desemprego, mas também pelo início do funcionamento, a partir de Março de 1975, de um esquema de protecção no desemprego. O aumento do número de pedidos de emprego é contínuo e regular até 1979; a partir de 1980 a tendência aponta no sentido de um ligeiro decréscimo, retomando-se, porém, a evolução anterior no decurso de 1983.

Os pedidos de emprego concentram-se em dois grandes grupos de profissões: empregados de escritório e trabalhadores indiferenciados. Em 1974, estes dois grandes grupos registaram 15 640 e 12 048 inscrições, respectivamente, o que corresponde a 26,7% e a 20,5% do número total de pedidos; em 1980, o número de inscrições nestas profissões regista um aumento substancial (70 628 empregados de escritório e 57 907 indiferenciados), mantendo-se, porém, praticamente inalteradas as percentagens em relação ao total (26,4% e 21,6%, respectivamente).

No decurso do período de seis anos, que medeia entre 1974 e 1980, verifica-se a seguinte evolução geral no comportamento das variáveis procura e oferta: 5 147 ofertas, em 1974, e 12 093, em 1980; 58 543 pedidos, em 1974, e 267 203, em 1980. Assim, enquanto que a procura aumentou 4,5, a oferta cresceu apenas 2,5.

O desequilíbrio entre a oferta e a procura de emprego patenteia-se também claramente na análise conjunta dos pedidos, das ofertas e das colocações efectuadas através do IEFP. A relação ofertas/pedidos passou de 8,8%, em 1974, para 4,5%, em 1980, o que revela o agravamento da situação.

Representando as ofertas de emprego uma minoria relativamente aos pedidos, verifica-se que, mesmo assim, uma parte considerável das ofertas permanece por satisfazer, o que se traduz no número reduzido de colocações efectuadas. Estes números manifestam os desajustamentos existentes no MT e, simultaneamente, indiciam a fraca taxa de penetração dos Serviços de Emprego.

2. «DUALISMO» E ACÇÕES COLECTIVAS COM INCIDÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

2.1 *A teoria «dualista» e o caso português*

Através da breve análise anteriormente efectuada, poder-se-á concluir que a estrutura do emprego, embora em evolução, principalmente a partir de 1960, manifesta ainda as características de um país relativamente atrasado.

As taxas de desemprego situam-se a níveis bastante elevados e as perspectivas de evolução não são animadoras, atendendo aos últimos dados publicados e às previsões da OCDE ⁽²⁾.

⁽²⁾ Os dados relativos a 1983, publicados pelo INE já depois de redigido este artigo, aludem a uma taxa de desemprego de 10,4% e a 484 000 desempregados no fim do ano.

Numa população activa caracterizada por um baixo nível de instrução, o desemprego tende a «banalizar-se», começando também a atingir os diplomados com cursos superiores; são, porém, os jovens e as mulheres os mais duramente atingidos.

Com a acentuação da crise económica a vulnerabilidade estende-se e aumentam as dificuldades de obtenção de emprego, mesmo para os desempregados que possuam experiência profissional.

Em Portugal, o MT apresenta certas características estruturais que agem sobre o emprego e o desemprego, tais como:

- uma oferta de trabalho largamente excedentária que a economia nacional não consegue absorver;
- uma elevada taxa de actividade, consequência do rápido aumento da taxa de actividade feminina;
- importante percentagem de mão-de-obra empregada na agricultura, caracterizando-se este sector pelo desemprego e subemprego técnico e sazonal;
- pronunciadas assimetrias no desenvolvimento regional e entre o sector moderno e o tradicional;
- MT «invisíveis» que, embora difíceis de quantificar, se acredita tenham aumentado consideravelmente de extensão nos últimos anos.

Interessará agora examinar algumas especificidades da realidade portuguesa à luz das teses propostas pelas teorias actualmente mais em voga.

A teoria da segmentação, ou do dualismo, desenvolveu-se a partir dos anos 60, com base numa série de estudos sobre «ghettos» e MT locais, sendo Piore o seu principal expoente. Vale a pena determo-nos com mais insistência na análise desta teoria, dado que, por um lado, ela se apresenta como alternativa quer em relação à teoria neo-clássica, quer no respeitante às teses marxistas e, por outro, mantém estreitas relações com as investigações actuais sobre a precarização do emprego.

O sucesso desta teoria, tanto nos USA como noutros países do Ocidente, dever-se-á, provavelmente, às insuficiências da abordagem neo-clássica e a um certo reducionismo pseudo-marxista.

Referir-nos-emos aqui, principalmente, à obra que constitui a mais recente e também a melhor elaborada versão do dualismo (Berger e Piore, 1980).

Numa primeira e mais simples concepção do dualismo, os autores distinguem dois sectores: o «primário», com empregos mais interessantes e melhor pagos, e o «secundário», com caracte-

rísticas inversas, com empregos geralmente ocupados por trabalhadores negros, minorias étnicas e raciais, mulheres e jovens; numa segunda concepção, mais complexa, diferenciam no MT três e por vezes quatro segmentos ou estratos, cuja definição remete para indicadores mais numerosos e sofisticados do que a qualidade dos empregos, ou as características individuais daqueles que os ocupam.

As discontinuidades entre os segmentos assentam, segundo os autores, (que neste particular retomam as conclusões de anteriores estudos de Piore) nas modalidades de aprendizagem diferenciadas: «as características dos diferentes estratos remetem, fundamentalmente, para os diferentes modos de aprendizagem e de compreensão do trabalho». A insistência sobre as especificidades dos indivíduos — apreendidas aqui através dos modos de aprendizagem — não significa que seja negligenciada a acção própria das empresas, ou da sociedade, sobre os indivíduos; pelo contrário, a inserção dos agentes, as características de aprendizagens que os definem, decorrem, prioritariamente, dos constrangimentos que emanam do corpo social.

Ao porem em causa a visão do «indivíduo-rei», desenvolvendo as suas funções de satisfação no melhor dos seus interesses, e a homogeneidade dos comportamentos, S. Berger e M. Piore distanciam-se nitidamente dos pressupostos neo-clássicos: «os fenómenos sociais são melhor explicados quando se supõe que as instituições condicionam as reacções dos indivíduos e não quando se consideram as estruturas económicas e sociais como o produto das condutas individuais». A ruptura com a teoria neo-clássica patenteia-se também na análise das discontinuidades da estrutura económica. Tais discontinuidades, característica endógena das sociedades contemporâneas, são de três tipos: nas sociedades industriais modernas, separam grandes empresas, monopólios e oligopólios, e pequenas empresas periféricas; nos países subdesenvolvidos, ou em vias de desenvolvimento, diferenciam um sector moderno e outro tradicional; enfim, o próprio MT é segmentado entre sector primário e secundário. Cada uma destas discontinuidades define uma tipologia de empresas, ou de trabalhadores, fundamentada em tipos «comportamentais» diferentes.

Os autores intentam distanciar-se, igualmente, de certas análises marxistas, insistindo, sobretudo, na necessidade de ressaltar a complexidade e a heterogeneidade das sociedades contemporâneas. Nesta perspectiva as concepções «unitaristas» deverão ser completamente revistas: as sociedades não são unitárias e o seu carácter heterogéneo é mantido e recriado pela instância política; as distinções habituais entre fases transitória e

de maturidade são demasiado contrastantes, porquanto os conflitos e alianças entre grupos heterogéneos marcam cada fase da evolução das sociedades.

Apenas será lícito falar de dualismo quando ao nível macro-económico estejam preenchidas as seguintes condições: existência de pressões para uma divisão entre empregos garantidos e precários; instituições específicas que criem e mantenham essa divisão; grupos de trabalhadores cujas características correspondam às exigências do sector periférico.

A origem da incerteza — um dos conceitos chave da teoria — radica no processo de divisão do trabalho, compreendido como a fragmentação de tarefas e das organizações produtivas em parcelas cada vez mais estreitas e separadas e a sua posterior recomposição sob a forma de entidades físicas e organizacionais novas e mais integradas.

Para A. Smith o desenvolvimento das forças produtivas assentava em dois postulados fundamentais: a produtividade, considerada como função crescente da divisão do trabalho, e a divisão do trabalho, limitada pela extensão do mercado. Berger e Piore juntam a estes mais os seguintes factores: a estandardização do produto e a estabilidade e a certeza da procura.

O dualismo do MT deve-se em primeiro lugar ao dualismo do mercado dos produtos acabados, que corresponde, de modo geral, à distribuição das empresas segundo a dimensão: as grandes empresas interessam-se pelo segmento da procura previsível e estável e as pequenas consagram-se à fracção da procura não previsível e/ou flutuante. Assim, para cada tipo de empresas existem formas de divisão do trabalho específicas, às quais se aplicam, por sua vez, estruturas também peculiares, que se reportam a tipos de indivíduos cujas características fundam a estruturação do MT, o dualismo que aí se encontra.

Como as experiências (no trabalho e fora dele) são diferentes, os comportamentos dos agentes diferem também: «a estrutura do MT deve ser apreendida tal como a percebem os próprios actores» e estas percepções não são uniformes, pois que as formações e as práticas também o não são.

Por que mecanismos os agentes apresentando certas características tipo se encontram em segmentos da actividade económica em que tais características são esperadas e, até certo ponto, apreciadas? A um primeiro nível, essa «passagem» é permitida pela aprendizagem e, a um segundo nível, explica-se pela situação sócio-económica dos agentes face ao centro produtivo do sistema. Aprofundando a análise, os autores procuram determinar as razões que conduzem os indivíduos a empreender tal tipo de aprendizagem, em vez de outro, o que os leva a repor-

tar a raiz das identidades dos grupos aos papéis sociais que lhes são fixados fora do lugar de trabalho, derivando assim para uma «*démarche*» de tipo mais sociológico.

Procurando romper com o determinismo do económico, os autores acentuam a necessidade de se considerar o político como origem autónoma dos problemas que as sociedades industriais enfrentam, na medida em que ele (o político) perserva e recria a segmentação. O papel regulador do sector tradicional é considerável para a estabilidade do conjunto do sistema económico. Assim, no caso francês e italiano, o sector tradicional preenche três funções económicas principais: é o único que produz certas gamas de produtos; o tipo de trabalhadores que utiliza auferir baixos salários e, geralmente, não adere aos sindicatos; contribui para a flexibilidade da economia devido à maleabilidade na gestão da mão-de-obra.

O número de empresas tradicionais, a parte da população activa que empregam e as modificações daquele número e desta parte traduzem uma adequação permanente às necessidades do sector moderno. Os grupos tradicionais preenchem funções decisivas, mantendo e permitindo a expansão do sector moderno; enfim, a sobrevivência do sector tradicional aparece simultaneamente como natural e desejada: «ao mesmo tempo produto da inércia e resultado de escolhas políticas deliberadas».

Segundo as teorias da segmentação, e passando agora a examinar as suas relações com a instabilidade a precarização do emprego, existiria um duplo MT: a instabilidade diferencial dos empregos e da mão-de-obra seria um critério de repartição — se não mesmo o critério de repartição essencial — do MT.

O tema da dualidade do emprego «oficializou-se» e é agora enunciado por todo um conjunto de discursos cujo alcance político e ideológico é evidente (duplo MT, duplo salariato, dupla classe operária...).

O MT secundário é frequentemente compreendido como uma consequência do desenvolvimento actual dos empregos precários. A crise do «taylorismo» e do «fordismo» estaria na origem de transformações da organização do trabalho, da aceleração da automatização e do desenvolvimento de novas políticas de gestão da mão-de-obra, orientadas, por um lado, para a estabilização duma parte dos colectivos de trabalho e, por outro, para a instabilização da outra parte; as formas precárias de emprego seriam os instrumentos principais dessa instabilização e, segundo as teorias do dualismo, haveria coincidência dos empregos instáveis com a mão-de-obra instável.

Após esta breve incursão em torno das teses do dualismo, importa agora reverter à situação portuguesa a fim de a confrontar com a teoria.

No caso português observam-se também indícios da existência dos dois sectores, o primário e o secundário, mas o seu modo de funcionamento e de articulação parece apresentar alguns desvios em relação aos pressupostos da teoria dual.

A existência de um sector primário, dominante, a cuja lógica de funcionamento se subordina o sector secundário, postula, designadamente, a constituição de uma «relação salarial» de tipo monopolista, também ela dominante, a que corresponde uma «regulação» keynesiana. Tal tipo de relação salarial, prevalente no Ocidente desde o princípio do séc. XX e cujo predomínio se acentuou a partir de 1945 (fim da 2.^a Grande Guerra), caracteriza-se pelos seguintes traços essenciais ⁽³⁾:

- aceleração do desenvolvimento da organização científica do trabalho (OCT), o que permite a obtenção de importantes ganhos de produtividade;
- modificação da divisão técnica e social do trabalho e da hierarquia das qualificações (desqualificação/sobrequalificação);
- reconhecimento, ainda que apenas teórico, de um direito ao emprego, que introduz o controlo pelo Estado das decisões de despedimento e permite a estabilização das flutuações do emprego;
- salário dependente, sobretudo, das regulações de natureza institucional e política (salário directo cada vez menos dependente das flutuações da taxa de desemprego e efectiva aplicação do salário indirecto).

Esta relação salarial, que substituiu, sobretudo a partir de 1945, a anterior, de tipo concorrencial, prevalente durante o séc. XIX, desempenhou um papel não negligenciável na integração dos assalariados capitalistas e na passagem para um novo modelo de produção e de consumo.

No caso português parece não ser possível defender a existência de uma relação salarial de tipo monopolista, ficando assim, de algum modo, obscurecida a tese da dominância do sector primário: se, depois de 25 de Abril de 1974, emergiram

⁽³⁾ A crise actual põe em causa estes componentes essenciais e coloca a questão de se saber se se assiste ao regresso de formas mais concorrenciais ou à constituição de uma nova relação salarial.

alguns traços característicos daquela relação salarial, a sua introdução efectuou-se de modo brusco, «a quente», e não como resultado de um lento processo de maturação das formas sociais e institucionais, designadamente do sistema de «relações industriais».

No que se refere ao sector secundário, o que se pode constatar em Portugal é o seu peso comparativo bastante mais elevado, quer em relação à dimensão das empresas (predominância das pequenas e médias empresas), quer no que respeita à instabilidade e precarização do emprego (maior incidência das formas particulares de emprego, nomeadamente dos contratos a prazo, e da economia subterrânea).

A reduzida dimensão do sector «protegido» e a considerável importância e extensão do sector «instável» imprimem à realidade portuguesa contornos peculiares, que a configuram de forma distorcida em relação ao modelo dual.

2.2 *Identidade dos desempregados e acções colectivas*

Com a crise acentuam-se as divisões no seio dos trabalhadores — empregados/desempregados, «estáveis»/«precários» —, as reivindicações assumem uma natureza cada vez mais defensiva e torna-se mais difícil empreender acções concertadas para defesa do emprego ⁽⁴⁾.

O desenvolvimento da crise poderá também provocar certas tensões entre as políticas patronais e governamentais: em períodos de relativa expansão, tais políticas tendem a concertar-se no sentido de fixar e estabilizar parte dos colectivos de trabalho; em épocas de crise, o patronato pretende libertar-se o mais rapidamente possível das «rigidezes» criadas, ao passo que os poderes públicos, embora não negando a necessidade de procura de uma maior flexibilidade, adoptam, geralmente, por motivos eleitorais e para evitar tensões sociais, atitudes mais moderadas e prudentes ⁽⁵⁾.

Se nas lutas colectivas no local de trabalho, para impedir o encerramento das empresas e os despedimentos colectivos, os

⁽⁴⁾ A natureza defensiva dos temas reivindicativos patenteia-se com nitidez nos dados coligidos e publicados pelo Ministério do Trabalho e Segurança Social, «Relatórios e Análises-Conflitos Colectivos de Trabalho».

⁽⁵⁾ Em Portugal, as associações patronais vêm reclamando com insistência a revisão das leis laborais mas, até ao momento, ainda não foi aprovada legislação nesse sentido.

trabalhadores empreendem, por vezes, acções prolongadas e mobilizadoras, é, provavelmente, porque continuam a reivindicar uma identidade de trabalhadores (e não desempregados), mantendo os sinais, ainda que apenas simbólicos, de pertença a uma comunidade de trabalho. A solidariedade que então se estabelece poderá ainda ser reforçada pela possibilidade concreta de se estabelecerem responsabilidades e de se analisar a situação pessoal como o efeito de políticas patronais e governamentais.

Com a perda do emprego desaparece a comunidade de trabalho, lugar privilegiado de agrupamento e de expansão colectiva; os desempregados que procuram o primeiro emprego estão, por seu turno, ainda mais isolados, visto que não existe qualquer elo que os una e os identifique.

Os desempregados constituem assim uma massa heterogénea e não possuem um sentimento comum de pertença a um grupo construído com base na situação de desemprego.

As acções concertadas contra o desemprego, reivindicando o direito ao emprego, são extremamente difíceis de realizar, porquanto raramente poderá ser preenchida a condição indispensável da formação de uma identidade colectiva, isto é, um sentimento comum de pertença a um grupo unido pela situação de desemprego. Mesmo admitindo que tal identidade seja assumida, será ainda necessário, para que ela possa funcionar como suporte de acção colectiva, que assente numa representação da sociedade que permita situar as responsabilidades do desemprego.

A acção sindical no domínio do MT é pouco habitual e as condições susceptíveis de favorecerem o aparecimento de uma acção de classe verificam-se muito raramente.

As categorias de trabalhadores em situação mais favorável para o desenvolvimento de acções colectivas neste terreno serão porventura aqueles cujas empresas se situam em localidades em declínio, circunstância que torna às vezes possível alargar a solidariedade e ampliar a frente de luta.

CONCLUSÃO

Não foi possível, no âmbito deste artigo, proceder a um tratamento mais aprofundado dos temas abordados, cuja importância para a caracterização da formação social portuguesa parece inegável.

A análise da evolução recente do emprego e do desemprego revela o gradual agravamento da crise, a extensão da vulnerabilidade face ao desemprego e a sua banalização.

As teorias da segmentação, pese embora a maneira sugestiva como se apresentam e a sua pretensão de «universabilidade», não se mostram totalmente pertinentes para a análise do caso português, que se apresenta como que a imagem «invertida» do paradigma dualista.

As acções colectivas no campo do MT são raras e, geralmente, votadas ao fracasso: mesmo quando o potencial de mobilização é elevado, os trabalhadores e os seus sindicatos não estão em condições de exercer pressões ao nível global no sentido de inflectir a política económica, o que levanta a questão de saber se as acções colectivas localizadas — mesmo as mais longas e duras — podem prescindir da acção de classe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Azouvi, A. (1981), «Théorie et pseudo-théorie: le dualisme du marché du travail», *Critiques de l'Economie Politique*, 15/16.
- Berger, Suzanne e Piore, Michael (1980), *Dualism and Discontinuity in Industrial Societies*, New York, Cambridge University Press.
- Boyer, Robert (1981), «Les transformations du rapport salarial dans la crise — Une interprétation de ses aspects sociaux et économiques», *Critiques de l'Economie Politique*, 15/16.
- Cabral, M. Vilaverde (1983), «A Economia subterrânea vem ao de cima em Portugal», *Análise Social*, 76.
- Caire, Guy (1973), *Les Nouveaux Marchands d'Hommes*, Paris, Editions Ouvrières.
- Caire, Guy (1982), «Précarisation des emplois et régulation du marché du travail», *Sociologie du Travail*, 2.
- Colloque de Dourdan, vários (1982), *Politique d'Emplois et Rapports Sociaux du Travail*, Paris, Maspero.
- Doeringer, P. e Piore, M. (1971), *Internal Labour Markets and Manpower Analysis*, Heath, Lexington Books.
- Ledrut, R. (1966), *Sociologie du Chômage*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Montero, Cecilia C. (1981), «Le marché du travail comme niveau d'analyse de la structure de classe», *Sociologie du Travail*, 2.
- Montero, Cecilia, C. e Erbes-Seguin, Sabine (1979), *L'Intervention Judiciaire et l'Emploi*, Paris, La Documentation Française.
- Pochart, M. (1976), *L'Emploi et ses Problèmes*, Paris, Presses Universitaires de France.